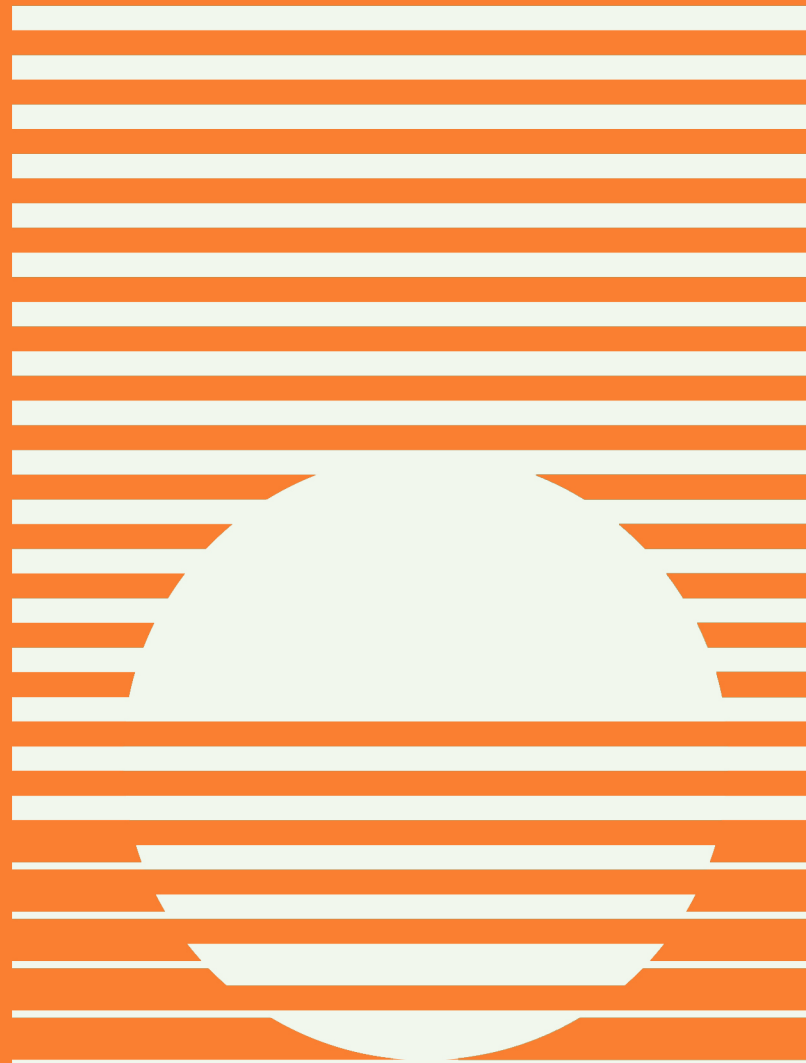


ISSN 2526-5822

CONJUNTURA



LATITUDE
SUL



10
2019

CONJUNTURA LATITUDE SUL

ISSN 2526-5822

O Conjuntura Latitude Sul é uma publicação mensal voltada ao acompanhamento das notícias relacionadas aos temas de pesquisa dos grupos que integram a plataforma LATITUDE SUL (GRISUL, LABMUNDO, NEAAPE, OPSA).

A publicação é destinada ao monitoramento dos seguintes temas:

América do Sul: política externa e política doméstica; Política externa brasileira; Internacionalização das políticas públicas; Direitos Humanos; Gênero e relações internacionais; Migrações; Cooperação internacional para o desenvolvimento e cooperação sul-sul; Política externa em perspectiva comparada (em particular, África do Sul, China, Índia, México e Turquia); Meio ambiente e desenvolvimento sustentável na agenda internacional.

A publicação é vinculada ao Programa de Pós-Graduação do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da UERJ (IESP/UERJ) e ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UNIRIO.

Corpo Editorial

Editora Executiva: Marília Closs

Editor Adjunto: Ghaio Nicodemos Barbosa

Conselho Editorial: Carlos R. S. Milani, Enara Echart Muñoz, Leticia Pinheiro, Maria del Carmen Vilareal Villamar, Maria Regina Soares de Lima, Rubens de S. Duarte.

Editores de Redação: Alice Vieira Lima Cavalcante, Amanda Silvestre, André Pimentel Ferreira Leão, Andrés Londoño Niño, Bruna Soares de Aguiar, Caio Samuel Milagres Soares, Diogo Ives de Quadros, Eduarda Lattanzi Menezes, Fernanda Cristina Nanci Izidro Gonçalves, Gabriel Fragoso, Ghaio Nicodemos Barbosa, Giovana Esther Zucatto, Hugo Bras Martins da Costa, Juliana Pinto Lemos da Silva, Kayo Moura da Silva, Leandro Wolpert dos Santos, Leilane Nascimento dos Reis Santos, Leonildes Nazar, Liara Farias Bambirra, Luã Braga de Oliveira, Márcia Miranda Charneski, Marianna Restum Antonio de Albuquerque, Marília Closs, Murilo Gomes da Costa, Pablo Saturnino Braga, Patrícia Porto de Barros, Renata Albuquerque Ribeiro, Roger Lucas Correa Martins, Thaís Jesinski Batista.

O Latitude Sul está localizado no Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ).

Rua da Matriz 82, Botafogo

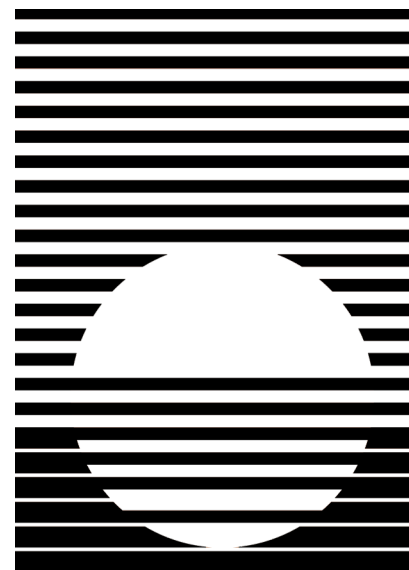
Rio de Janeiro, RJ

CEP: 22260-100 – Brasil

Tel: +55 (21) 2266-8300

LATITUDE SUL

latsul.org



SUMÁRIO

Página 05

Brasil afronta à Lei de Migração: Ministério da Justiça e Segurança Pública mantêm figura da “pessoa perigosa” na portaria 770/19

Governo de Jair Bolsonaro é marcado pela falta de diálogo com sociedade civil

Atuação de estados brasileiros amplia paradiplomacia

Página 06

Destaques nas relações Brasil-EUA: retirada do apoio na OCDE e aprovação na Câmara do uso da base de Alcântara Eduardo Bolsonaro desiste da indicação para a embaixada brasileira nos EUA

Eleição para o Conselho de Direitos Humanos e crise entre poderes impactam na política externa brasileira

Página 07

Frente de Todos vence eleição presidencial no primeiro turno na Argentina

Vitória de Fernández indica novos rumos para a política externa sul-americana

Página 08

Uruguai: primeiro turno das eleições presidenciais e plebiscito sobre segurança pública

Onda de protestos e suas repercussões domésticas e na agenda externa do Chile

Página 09

Denúncias de tortura, violência sexual e homicídios no Chile Chile enfrenta crise e desiste de sediar a Conferência do Clima da ONU

Eleições na Bolívia são marcadas por tensões e acusações de fraude

Página 10

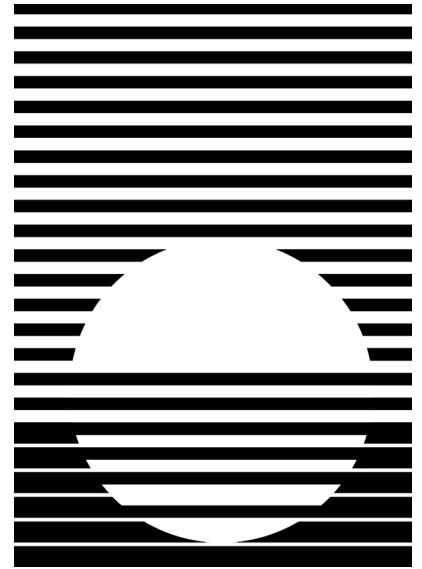
Eleições locais na Colômbia marcam renovação no cenário político do país

Em meio a crise, Venezuela fortalece laços de cooperação sul-sul com o Movimento dos Países Não-Alinhados

Página 11

Revolta popular no Equador repudia política de austeridade negociada com o FMI

Membros do governo chinês lançam nova ofensiva contra a intervenção em assuntos domésticos



Página 12

China busca reforçar laços com Brasil e Índia

Facebook acusa Rússia de nova campanha virtual de contrainformação

Fórum Econômico Rússia-África é marcado pelo comércio de armas e pela cooperação nuclear

Página 13

Extradicação de Manuel Chang tensiona relações entre África do Sul e Moçambique, com interesse dos EUA

Saída dos EUA e ataques turcos geram tensões na região norte da Síria

Página 14

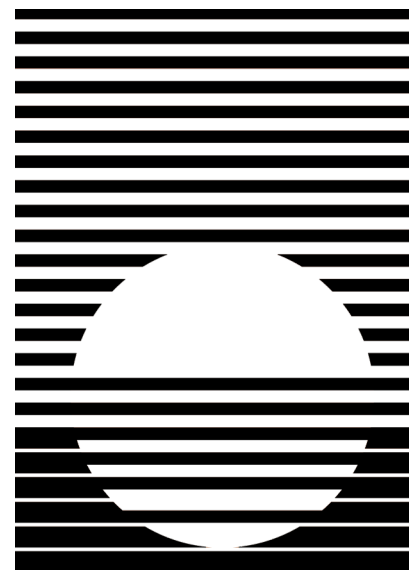
Avanço turco na Síria aprofunda crise curda e o deslocamento forçado de população

Amazônia intensifica o debate sobre meio ambiente, soberania e responsabilidade dos líderes políticos e religiosos mundiais

Desastres ambientais e climáticos em países do Sul marcam o mês de outubro

Página 15

Mulheres são protagonistas em manifestações no Chile e no Líbano



Brasil afronta à Lei de Migração: Ministério da Justiça e Segurança Pública mantêm figura da “pessoa perigosa” na portaria 770/19

O ministro da Justiça e Segurança Pública do Brasil, Sergio Moro, substituiu no dia 14 de outubro a portaria 666 pela 770, trazendo alterações em seu conteúdo. A decisão de Moro em revogar seu ato anterior e substituí-lo pela portaria 770 ocorreu após pressão da sociedade civil através de representação junto à Procuradoria Geral da República (PGR), além da própria PGR ter apresentado Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental ao Supremo Tribunal Federal (STF) questionando a constitucionalidade do ato executivo. Cabe lembrar que a portaria ministerial revogada foi publicada em 26 de julho, criando e estabelecendo a deportação sumária, o impedimento de ingresso e a repatriação de estrangeiros considerados “perigosos”, além de contrariar a Lei Federal de Migrações nº 13.445 de 2017, que estabelece o prazo de 60 dias para defesa, ao modificá-lo para 48 horas. Também estabelecia sigilo ao processo de deportação, contradizendo a Lei de Acesso à Informação. Já a portaria 770, que vigora no momento, alterou o prazo para cinco dias de recurso, retirou o termo sumário e o sigilo do processo. No entanto, há pontos que preocupam, como a manutenção da deportação e da figura da “pessoa perigosa”, e a inclusão do termo “aquela sobre a qual recaem razões sérias” devido à subjetividade do texto, delegando à autoridade policial a decisão e tratando o imigrante como uma ameaça nacional. Segundo organizações de direitos humanos, outro ponto controverso é a continuidade da não garantia da ampla defesa, já que o prazo do recurso continua aquém do que está em lei. Para a sociedade civil, a preocupação principal gira em torno do fato de uma alteração desse porte ter sido feita através de decisão administrativa, ou seja, uma portaria, pois cabe ao executivo apenas regulamentar a aplicação da lei, e não modificá-la. As instituições clamam que o Ministério da Justiça e Segurança Pública revogue a atual portaria.

Fontes: [Correio Braziliense](#), 14/10/2019; [MigraMundo](#), 14/10/2019; [Conectas](#), 18/10/2019; [Conectas](#), 20/09/2019; [UOL](#), 27/09/2019; [Nexo](#), 28/07/2019; [Deutsche Welle](#), 30/07/2019.

Governo de Jair Bolsonaro é marcado pela falta de diálogo com sociedade civil

Em outubro, o presidente Jair Bolsonaro e seu ministro do meio ambiente, Ricardo Salles, voltaram a fazer insinuações sobre o suposto envolvimento de uma organização não-governamental (ONG) em

uma nova tragédia ambiental que assolou o país: o derramamento de óleo que se espalhou por todo litoral nordestino. Após Salles usar o termo greenpaxe para se referir ao Greenpeace, apontando como estranha coincidência o fato de que um navio da organização circulava em águas internacionais próxima à região de contaminação dos mares nordestinos, Bolsonaro afirmou que a ONG de defesa ambiental “só nos atrapalha” e “não nos ajuda em nada”. Em resposta, o Greenpeace prometeu recorrer à justiça contra as declarações do ministro Salles. Entretanto, a falta de diálogo do governo não se restringe à seara ambiental. Em meados de outubro, a cúpula da Humans Rights Watch, organização não-governamental de proteção dos direitos humanos, visitou o Brasil pela primeira vez, com o objetivo de pressionar as autoridades nacionais em relação às práticas abusivas da força policial no combate ao crime. A cúpula pretendia se reunir com Bolsonaro, o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, e o governador do estado do Rio de Janeiro, Wilson Witzel, mas acabou sendo recebida apenas por Maia e pelo chanceler brasileiro Ernesto Araújo. Por sua vez, setores do empresariado, como a Confederação Nacional da Indústria (CNI) e a Coalizão Empresarial Brasileira (CEB), têm questionado, por meio do envio de diversas cartas formais aos ministérios da Economia e das Relações Exteriores, a falta de transparência do governo nas discussões de abertura unilateral da economia. Junto com suas congêneres na Argentina, Uruguai e Paraguai, tais entidades demandam maior diálogo com as autoridades dos respectivos países, bem como a realização de consultas públicas sobre as tratativas que visam a flexibilizar a Tarifa Externa Comum (TEC) do Mercosul.

Fontes: [Folha de São Paulo](#), 16/10/2019; [Folha de São Paulo](#), 18/10/2019; [Estado de São Paulo](#), 24/10/2019; [O Globo](#), 24/10/2019; [BBC News](#), 24/10/2019.

Atuação de estados brasileiros amplia paradiplomacia

Após grande repercussão internacional das queimadas da Amazônia e o entendimento que o governo federal brasileiro foi incapaz de dar uma resposta rápida e satisfatória ao problema, os estados federativos atingidos pelo desastre decidiram adotar uma postura mais ativa no âmbito internacional, negociando diretamente com os países envolvidos no financiamento do Fundo Amazônia. Em outubro, os estados reuniram-se com embaixadores da Alemanha, da França, do Reino Unido e da Noruega e comprometeram-se a consolidar uma agenda positiva países, de modo a garantir que os recursos do Fundo não fossem cortados. A situação reforça o movimento de ações de política externa advindas de entidades subnacionais como estados e municípios que vem se consolidando ao longo

de 2019, a chamada paradiplomacia. Para além das questões climáticas, os estados também atuam internacionalmente em outros temas, como comércio, saúde e segurança pública. A articulação dos governadores nordestinos no âmbito do Consórcio Nordeste é ilustrativa desse fenômeno, bem como a aproximação do governador do Rio de Janeiro, Wilson Witzel, bem como do de São Paulo, João Dória, com a China.

Fontes: [Folha de São Paulo](#), 26/08/2019; [Época](#), 01/09/2019; [Câmara dos Deputados](#), 12/09/2019; [Folha de São Paulo](#), 27/09/2019.

Destaques nas relações Brasil-EUA: retirada do apoio na OCDE e aprovação na Câmara do uso da base de Alcântara

A entrada na Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) é uma das plataformas principais da política externa do governo de Jair Bolsonaro. A adesão à organização, que é composta por 36 países, simboliza a estratégia de aproximação com as grandes potências defendida pelo presidente. Em março, em encontro com Bolsonaro, o presidente dos EUA, Donald Trump, declarou apoio à entrada do Brasil na organização. Sete meses depois, o discurso estadunidense não foi mantido: Mike Pompeo, secretário de Estado dos EUA, enviou carta ao secretariado da organização, afirmando que os EUA só apoiariam a entrada de Argentina e Romênia. Para Pompeo, a ampliação deve ser gradual, e esses dois países obtiveram avanços em reformas pró-mercado. Apesar da chancelaria estadunidense reafirmar o apoio à entrada brasileira no momento oportuno, o ato foi encarado como um fracasso da política externa brasileira, sobretudo pelas contrapartidas oferecidas pelo Brasil. Em troca do apoio para adesão à OCDE, o Brasil abriu mão do tratamento especial tarifário na Organização Mundial do Comércio (OMC), liberou unilateralmente a isenção de visto para turistas estadunidenses e propôs acordo para uso da base de lançamento de foguetes de Alcântara. No dia 22 de outubro, a Câmara aprovou o Acordo de Salvaguardas Tecnológicas que prevê a exploração da base pelos estadunidenses. O acordo foi duramente criticado por partidos de oposição por não incluir a possibilidade de transferência tecnológica e incluir a vedação de acordos com países não signatários dos tratados de controle de tecnologias de mísseis, o que impediria a cooperação com a China. Por tramitar em regime de urgência, o acordo segue para sanção presidencial após votação em turno único no Senado Federal, prevista para as próximas semanas.

Fontes: [Istoé](#), 10/10/2019; [El País](#), 12/10/2019; [Exame](#), 23/10/2019; [Câmara dos Deputados](#), 23/10/2019.

Eduardo Bolsonaro desiste da indicação para a embaixada brasileira nos EUA

No dia 22 de outubro, o deputado federal Eduardo Bolsonaro, filho do presidente Jair Bolsonaro, desistiu da indicação de seu pai para assumir o cargo de embaixador brasileiro nos EUA. Desde que foi indicado, em julho deste ano, o nome de Eduardo vinha sofrendo forte resistência no Senado, onde seria sabatinado. As pesquisas de opinião também apontavam alta rejeição popular à indicação. Contra Eduardo pesavam críticas quanto a sua capacidade técnica de exercer a função diplomática no exterior, bem como questionamentos em torno da legalidade de sua eventual nomeação, para muitos considerada nepotismo. Em outubro, o envolvimento de Eduardo na crise interna do partido do governo - o Partido Social Liberal (PSL) -, deflagrada pela disputa da liderança na Câmara dos Deputados, só fez aumentar o desgaste do filho do presidente perante os demais parlamentares, inclusive entre os aliados mais próximos. Apesar de não descartar a possibilidade de se tornar embaixador no futuro, Eduardo decidiu, por ora, permanecer no Brasil como líder do PSL na Câmara com o objetivo expresso de “defender os princípios conservadores” no país. No seu lugar, o diplomata Nestor Foster deverá assumir a embaixada brasileira nos EUA. Antes da indicação de Eduardo, Foster fora o primeiro nome cotado para a função e, desde a saída do embaixador Sergio Amaral em abril deste ano, vinha comandando a embaixada em Washington de forma interina. Além de ter afinidade ideológica com o presidente Bolsonaro e seu guru intelectual Olavo de Carvalho, Foster participou ativamente na organização do jantar oferecido na embaixada brasileira a membros do establishment estadunidense durante a visita do mandatário brasileiro à Washington em março. A indicação do diplomata, no entanto, ainda não foi formalizada e precisa ser publicada no Diário Oficial da União antes que Foster possa ser sabatinado no Senado.

Fontes: [Estado de São Paulo](#), 06/10/2019; [Folha de São Paulo](#), 17/10/2019; [Folha de São Paulo](#), 22/10/2019; [G1](#), 23/10/2019; [G1](#), 24/10/2019; [Estado de São Paulo](#), 28/10/2019.

Eleição para o Conselho de Direitos Humanos e crise entre poderes impactam na política externa brasileira

No dia 17 de outubro, ocorreu a eleição para o Conselho de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU). O órgão, com sede em Genebra, é o responsável pelo monitoramento da situação de

direitos humanos em todos os Estados-membros da organização. Para o Grupo da América Latina e Caribe (Grulac), havia duas vagas disponíveis para o mandato a ser iniciado em janeiro de 2020, e três candidatos: Brasil, Venezuela e Costa Rica, esta última com campanha iniciada apenas duas semanas antes do pleito e sob críticas de ser um candidato “tampão” apenas para impedir a entrada dos venezuelanos. A indicação de um número maior de candidatos do que as vagas disponíveis rompeu com a tradição do grupo de negociar as candidaturas internamente. A eleição foi marcada por polêmicas e pela movimentação de ONGs internacionais, que pediram o boicote da entrada da Venezuela e, em menor escala, também da do Brasil. Após a votação em plenário, Brasil, que buscava a reeleição, obteve 153 votos, Venezuela recebeu 103, e Costa Rica, 96. No documento de intenções da candidatura, a proposta brasileira divergia da postura histórica, com a menção à estratégia de defesa da família, atuação com base em preceitos religiosos e rechaço de políticas relacionadas ao que o governo considera como ideologia de gênero, apoiando apenas documentos que mencionem sexo biológico como base dos direitos humanos. Esse ponto repercutiu na política doméstica e gerou contendas entre o Executivo e o Judiciário. A Associação de LGBTs do Brasil contestou no Supremo Tribunal Federal (STF) a orientação do Itamaraty sobre o tema transmitida às suas delegações no exterior, considerando que a diferenciação de direitos seria uma violação da Constituição. Após o parecer de admissibilidade pelo ministro Gilmar Mendes, do STF, o ministro das relações exteriores, Ernesto Araújo, enviou carta em que critica a interferência do judiciário na política externa. Apesar da discordância, o Itamaraty passou a suavizar as instruções, permitindo que os diplomatas mantenham os compromissos já assumidos sobre o tema e que proponham o uso do termo sexo, quando for possível, durante as negociações.

Fonte: [Folha de São Paulo](#), 03/10/2019; [Estado de São Paulo](#), 17/10/2019; [El Nacional](#), 17/10/2019; [El Nacional](#), 17/10/2019; [UOL](#), 23/10/2019; [UOL](#), 31/10/2019.

Frente de Todos vence eleição presidencial no primeiro turno na Argentina

No dia 27 de outubro, ocorreram eleições gerais na Argentina, em que a Frente de Todos, coligação encabeçada por Alberto Fernández e pela ex-presidenta Cristina Kirchner, saiu vitoriosa. Fernández foi eleito presidente já no primeiro turno com cerca de 47% dos votos, contra os 40% alcançados pela coligação Juntos por el Cambio, do atual presidente Mauricio Macri. A vitória marca o retorno da aliança dos setores peronistas e kirchneristas à presidência, após

um mandato marcado por reformas e profunda crise econômica no país. A coligação ainda garantiu maioria no Senado, que será presidido por Cristina Kirchner a partir de 10 de dezembro. No entanto, o novo governo não terá maioria na Câmara de Deputados, onde conseguiu 120 de 257 cadeiras – enquanto os macristas conseguiram 119 – o que demandará que Fernández negocie com a Câmara todos os projetos de lei que buscar aprovar em seu mandato. Nas eleições regionais, a Frente de Todos conquistou 14 províncias de um total de 23. O destaque é a eleição do peronista Axel Kicillof, que foi ministro da economia de Cristina Kirchner e um dos principais nomes da campanha dos progressistas, para o governo da província de Buenos Aires, enquanto o mando da Cidade Autônoma de Buenos Aires ficou com o já atual chefe de governo portenho Horácio Rodríguez Larreta, da Juntos por el Cambio. Ainda na noite da eleição, Macri reconheceu a derrota e parabenizou Fernández publicamente, reforçando o caráter democrático de sua vitória e afastando especulações sobre possíveis fraudes eleitorais. No dia seguinte, o atual presidente recebeu seu sucessor na Casa Rosada para dar início ao processo de transição de governo.

Fontes: [Folha de São Paulo](#), 27/10/2019; [La Nación](#), 27/10/2019; [La Nación](#), 27/10/2019; [O Globo](#), 27/10/2019; [El País](#), 29/10/2019.

Vitória de Fernández indica novos rumos para a política externa sul-americana

Após a vitória de Alberto Fernández para a presidência na Argentina no dia 27 de outubro, todos os chefes de Estado da América do Sul e o governo estadunidense de Donald Trump o parabenizaram pela vitória, em mensagens que buscaram reforçar laços diplomáticos com o novo governo argentino. A exceção foi Jair Bolsonaro, que no dia seguinte declarou que não iria parabenizar Fernández e lamentou a escolha dos argentinos, apontando o fato de o mandatário eleito defender a campanha pela liberdade do ex-presidente Lula. O presidente brasileiro ainda cogitou a possibilidade de afastar os vizinhos do Mercosul caso venham a dificultar o acordo com a União Europeia. O ministro das relações exteriores brasileiro, Ernesto Araújo, chegou a afirmar que “forças do mal” estariam comemorando a vitória de Fernández. Os ataques foram mais além quando Eduardo Bolsonaro proferiu ofensas homofóbicas ao filho do novo presidente argentino nas redes sociais, o que suscitou críticas do atual ministro das relações exteriores de Mauricio Macri, que classificou os ataques como inapropriados. No dia 01 de novembro, Bolsonaro baixou o tom nas críticas a Fernández, afirmando que não vai na posse presidencial, mas também não irá levar a cabo qualquer tipo de retaliação e que espera

que os governos possam ter o mesmo tipo de relação de quando Macri estava no poder. Fernández já aponta importantes modificações na política externa argentina, sinalizando que deve se retirar do Grupo de Lima e que defenderá a solução da crise na Venezuela através de novas eleições, deixando de se referir a Nicolás Maduro como um ditador, em oposição a um dos principais eixos da política externa de Macri, calcada na oposição regional ao regime chavista. Finalmente, o presidente eleito já realizou sua primeira viagem internacional, visitando o México e quebrando a tradição de novos mandatários argentinos virem ao Brasil. A viagem teve como objetivo pavimentar a aproximação com Andrés Manuel López Obrador, presidente mexicano, e a estruturação de um eixo de esquerda para alavancar políticas progressistas na América Latina.

Fontes: [Folha de São Paulo](#), 28/10/2019; [G1](#), 28/10/2019; [Fórum](#), 31/10/2019; [CBN](#), 01/11/2019; [Folha de São Paulo](#), 04/11/2019.

Uruguai: primeiro turno das eleições presidenciais e plebiscito sobre segurança pública

Em 27 de outubro, ocorreu o primeiro turno das eleições presidenciais do Uruguai e, na mesma data, a realização de um plebiscito sobre a reforma constitucional do sistema de segurança pública. O candidato Daniel Martínez, do partido governista, o Frente Ampla, venceu o primeiro turno com aproximadamente 39% dos votos válidos e enfrentará, no segundo turno, o segundo colocado, o candidato do Partido Nacional, Luis Lacalle Pou, que alcançou em torno de 28% da preferência dos eleitores. Ernesto Talvi, do Partido Colorado, e Guido Manini Ríos, do Cabildo Aberto, ficaram, respectivamente, em terceiro e quarto lugar, com números próximos de 13% e 11%. A grande novidade do primeiro turno das eleições foi o desempenho de Manini Ríos, cujo partido foi criado recentemente, em março de 2019, tendo conquistado algumas cadeiras no Parlamento: três no Senado e 11 na Câmara dos Deputados. Por outro lado, o Frente Ampla amargou uma queda de desempenho em relação às últimas eleições presidenciais, em 2014, quando conquistou aproximadamente 48% dos votos no primeiro turno. No Parlamento, o partido governista também não terá maioria parlamentar, já que perdeu oito cadeiras na Câmara dos Deputados, passando de 50 para 42, e duas cadeiras no Senado, caindo de 15 para 13. Além dessas dificuldades, tanto Talvi quanto Manini Ríos declararam apoio a Lacalle Pou no segundo turno, o que pode ameaçar a manutenção do mandato presidencial do Frente Amplo, que comanda o país desde 2005. Ciente da piora dos indicadores de segurança pública no Uruguai, o senador do Partido Colorado, Jorge Larrañaga propôs um plebiscito para reformar o sistema de segurança pública. Dentre as principais medidas, previa-se a criação de uma Guarda Nacional com a presença de 2 mil militares. Com aproximadamente 54% de

votos contrários, o plebiscito foi rejeitado pela população uruguaia.

Fontes: [El Observador](#), 27/10/2019; [El Observador](#), 27/10/2019; [El Observador](#), 27/10/2019; [El País](#), 28/10/2019; [El País](#), 28/10/2019; [El Observador](#), 28/10/2019; [El Observador](#), 28/10/2019; [El Observador](#), 28/10/2019; [El Observador](#), 28/10/2019; [El Observador](#), 28/10/2019; [El Observador](#), 30/10/2019.

Onda de protestos e suas repercussões domésticas e na agenda externa do Chile

No dia 4 de outubro, o governo chileno de Sebastián Piñera determinou um aumento nas tarifas de transportes públicos nas províncias de Santiago e nas comunas de San Bernardo e Puente Alto. As primeiras reações da sociedade civil partiram dos estudantes secundaristas nas semanas seguintes. Entre 14 e 15 de outubro, os secundaristas promoveram protestos e incentivaram que se pulassem as catracas para demonstrar insatisfação com os aumentos. Mesmo com a permanência dos protestos, em 17 de outubro o governo descartou a possibilidade de revogação do aumento. Com a negativa, a Confederação de Estudantes Chilenos (Confech) convocou manifestações nacionais. Com isso, as mobilizações passaram a ocorrer em diversas estações de metrô e a repressão aumentou. Em 18 de outubro, o governo resolveu fechar as estações para evitar os “pulas-catracas”, em pleno horário de saída do expediente dos chilenos. No mesmo dia, à noite, os conflitos mais violentos começaram. Com isso, o governo anunciou o estado de Emergência em Santiago, restringindo os direitos a manifestação e reuniões e passando o controle da cidade às mãos de um general. As Forças Armadas foram autorizadas a ocupar a cidade. Em 18 de outubro, os protestos se espalharam por todo o país, e o governo decretou estado de Emergência em Valparaíso. No dia seguinte, em 19 de outubro, Piñera suspendeu o aumento do preço do metrô, e o Exército decretou toque de recolher na capital. A medida não era aplicada no Chile desde 1987, nos últimos anos do regime militar. Em 22 de outubro, após violentas repressões, Piñera pediu desculpas pela crise e anunciou um pacote de medidas sociais no Chile. Entre as principais medidas, Piñera anunciou uma renda mínima garantida, com o Estado complementando em 15% os salários mais baixos. No entanto, mesmo com o anúncio do governo, a onda de protestos continuou. Três dias depois, cerca de um milhão de chilenos protestaram em Santiago em manifestação histórica. As repercussões dos protestos na política doméstica ficaram ainda mais evidentes, quando em 26 de outubro Piñera solicitou que seus ministros renunciassem às respectivas pastas para uma renovação do governo. Em 28 de outubro, oito ministros, de um total de 24, já haviam se demitido. Ademais, o governo convocou reuniões com a opo-

sição e não descartou a realização de reformas estruturais. Mesmo com a anunciada reforma ministerial, os protestos continuaram em 29 de outubro. A continuidade das mobilizações gerou impacto inclusive na agenda da política exterior chilena. Assim, em 30 de outubro, Piñera anunciou o cancelamento da realização no Chile da cúpula da COP25 e do Fórum da APEC. Por fim, em 31 de outubro, o preço do dólar disparou e o Instituto Nacional de Direitos Humanos se reuniu com observadores da ONU sobre violações de direitos humanos para uma avaliação das represões violentas aos protestos.

Fontes: [CooperativaCL](#), 15/10/2019; [CooperativaCL](#), 18/10/2019; [CooperativaCL](#), 18/10/2019; [Carta Capital](#), 23/10/2019; [EuroNews](#), 29/10/2019; [La Nación](#), 30/10/2019; [La Nación](#), 31/10/2019; [CooperativaCL](#), 31/10/2019.

Denúncias de tortura, violência sexual e homicídios no Chile

Os protestos no Chile em prol de reformas sociais que amenizem a desigualdade social no país perduram durante todo o mês de outubro. Os números do Instituto Nacional de Direitos Humanos (INDH) relatam 20 mortos, mais de mil feridos e cerca de três mil detidos, entre os que se contam 347 menores de idade. Nesse período houve graves denúncias de violações de direitos humanos em razão da ação repressiva do Estado contra os manifestantes, incluindo 76 acusações de torturas, e 18 de violência sexual. Foi amplamente noticiado o caso dos três homens e do adolescente que foram vítimas de agressões com spray de pimenta e golpes e que foram em seguida amarrados em uma estrutura metálica como se fossem crucificados; o caso aconteceu em uma delegacia de polícia no dia 21. Ainda, foram relatados casos de pessoas golpeadas com bastões, e obrigadas a ficar nuas, enquanto eram insultadas por policiais. No dia 29, reunido com membros do INDH, o ministro da Justiça Hernán Larraín reconheceu que “se produziram situações que aparentemente parecem ser violações de direitos humanos”. A Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) emitiu pronunciamento condenando o uso excessivo de força e rechaçando as formas de violência cometidas pelo Estado. A Anistia Internacional divulgou, no dia 24, que enviará uma equipe para documentar as diversas violações e possíveis crimes cometidos por agentes do Estado ferindo o direito internacional. Seis dias depois, foi anunciada a chegada da missão da Organização das Nações Unidas (ONU) no país, enviada pela alta comissionada Michelle Bachelet, cuja equipe, conforme informou o porta-voz Rupest Colville tem um caráter mais técnico, irá permanecer inicialmente até o dia 22 de novembro. Com um índice de 14% de aprovação, o presidente Sebastián Piñera

pediu desculpas à população e anunciou uma série de medidas de caráter social, porém não o suficiente para cessar os protestos.

Fontes: [Anistia Internacional](#), 24/10/2019; [El País](#), 24/10/2019; [BBC](#), 25/10/2019; [Istoé](#), 28/10/2019; [24 horas](#), 29/10/2019; [El País](#), 29/10/2019; [Deutsche Welle](#), 29/10/2019; [Fórum](#), 29/10/2019; [Gestión](#), 30/10/2019; [La Hora](#), 30/10/2019.

Chile enfrenta crise e desiste de sediar a Conferência do Clima da ONU

Em 30 de outubro, o presidente do Chile, Sebastián Piñera, anunciou que o país não sediará mais a Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas para o Clima (UNFCCC), a COP 25. O mais importante encontro para as negociações climáticas em âmbito multilateral seria em dezembro, e tinha Santiago, capital do país, como sede desde o início de 2019, após a desistência do governo brasileiro em receber o evento. Diante do cenário de efervescência social, insatisfação popular e intensa repressão policial e militar, eclodidas no país em outubro, Piñera comunicou à UNFCCC que o Chile não possuía condições políticas e de segurança para receber a COP 25. O presidente do Chile também anunciou o cancelamento da reunião dos países da Cooperação Econômica Ásia-Pacífico (APEC), marcada para acontecer em novembro. A presidenta da UNFCCC, Patricia Espinosa, informou que a ONU está buscando sedes alternativas e não entrou em detalhes sobre o impacto da desistência do Chile para a agenda da conferência, principalmente o processo das negociações que envolvem finanças e mudanças climáticas. Em meio a protestos contra a prisão de líderes políticos favoráveis à independência da Catalunha, o governo da Espanha ofereceu-se para sediar a conferência em Madri.

Fontes: [G1](#), 30/10/2019; [O Globo](#), 30/10/2019; [RFI](#), 30/10/2019; [Al Jazeera](#), 30/10/2019; [CNN](#), 30/10/2019; [BBC](#), 31/10/2019.

Eleições na Bolívia são marcadas por tensões e acusações de fraude

As eleições presidenciais na Bolívia, em outubro, aprofundaram o cenário de crise e de polarização. O pleito, que ocorreu no dia 20, era disputado principalmente por Evo Morales, atual presidente, pelo Movimiento al Socialismo (MAS), e Carlos Mesa, ex-presidente, pelo Comunidad Ciudadana (CC). A possibilidade de um segundo turno estava em aberto já que, de acordo com a legislação eleitoral, se o candidato mais votado obtém mais de 45% dos votos e está dez pontos percentuais

acima do segundo colocado, não há necessidade de mais um turno. As eleições já estavam marcadas por crescente instabilidade, pois Morales concorria a sua quarta eleição consecutiva e, em fevereiro de 2016, um plebiscito votou pelo “não” a uma nova postulação de Evo à presidência. No dia 20, depois do fechamento das urnas, a apuração dos votos se deu de forma controversa. O sistema de contagem rápida, coordenado pela Transmisión de Resultados Electorales Preliminares (TREP), foi interrompido em torno das 20h, quando apenas cerca de 80% dos votos estavam apurados. Até então, o resultado indicava a possibilidade de um segundo turno entre Morales e Mesa. A apuração somente foi retomada na tarde do dia seguinte, com a declaração de vitória, no primeiro turno, do candidato do MAS sobre o opositor. A missão de observadores da Organização dos Estados Americanos (OEA) declarou que a interrupção da contagem dos votos era de “difícil justificativa” e convocou reunião extra-oficial para discutir o assunto. No dia 25, o Tribunal Superior Eleitoral divulgou o resultado oficial: Morales obteve 47,08% dos votos, seguido por Carlos Mesa, com 36,51% e por Chi Hyung Chung, do Partido Democrata Cristão, com 8,78%. Com uma plataforma conservadora, o último candidato foi a maior surpresa da eleição, uma vez que cresceu substancialmente no mês que antecedeu ao pleito. Desde então, o país vive profunda polarização e tensão. Carlos Mesa não reconheceu o resultado, a oposição acusou o processo de fraude eleitoral e tomou as ruas das principais cidades do país em ações coletivas que, muitas vezes, chegaram a atos mais violentos. O governo de Morales, por sua vez, declarou que sua vitória foi legítima e que a postura da oposição é golpista e, em resposta, setores e movimentos sociais em defesa de Morales também organizaram manifestações e atos pelo país. Frente a um processo eleitoral com problemas de reconhecimento interna e internacionalmente, a OEA iniciou dia 31 uma auditoria, com caráter vinculante, do pleito.

Fontes: [El Deber](#), 20/10/2019; [El Deber](#), 21/10/2019; [La Razón](#), 21/10/2019; [El Deber](#), 25/10/2019; [La Razón](#), 30/10/2019.

Eleições locais na Colômbia marcam renovação no cenário político do país

As eleições para prefeitos, governadores, deputados, vereadores e membros das juntas administrativas locais na Colômbia ocorreram no dia 27 de outubro. Os resultados foram históricos, marcando uma derrota para as tradicionais lideranças nacionais em favor de plataformas locais, com um notório predomínio de partidos de centro-esquerda em detrimento dos par-

tidos de centro-direita, como o Centro Democrático, ao qual pertencem Álvaro Uribe e o presidente atual, Ivan Duque. As principais mudanças ocorreram nas prefeituras de Bogotá e Medellín. A ex-senadora Claudia López, da Aliança Verde, conquistou a prefeitura de Bogotá com 35,23% dos votos, tornando-se a primeira mulher eleita para ocupar um dos cargos políticos mais importantes do país. De origem popular, lésbica e defensora do processo de paz com as Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia (Farc), sua campanha centrou-se na luta contra a corrupção e discriminação, derrotando Carlos Fernando Galán, candidato independente do Movimiento Ciudadano Bogotá para la Gente. Outra mudança importante foi na prefeitura de Medellín, com a vitória de Daniel Quintero (38.44% dos votos), candidato independente. Sua eleição na segunda maior cidade da Colômbia foi uma surpresa, representando uma derrota para o Centro Democrático na terra do ex-presidente Álvaro Uribe. Também implicou em uma grande mudança a eleição de William Dau (Grupo Significativo de Ciudadanos Salvemos a Cartagena), contrariando os resultados das pesquisas de opinião que indicavam a vitória de William García, que contava com o apoio da classe política tradicional da cidade de Cartagena. Por sua vez, o partido Força Alternativa Revolucionária do Comum, originado da ex-guerrilha Farc, teve uma aceitação quase nula, mas conseguiu eleger o ex-combatente Julián Conrado para a prefeitura de Turbaco, em Bolívar, município de cerca de 70.000 habitantes. Os jornais noticiaram que as eleições de mais de 1.100 prefeituras e de 32 departamentos marcaram uma renovação no cenário político colombiano e contaram com o aumento na participação dos cidadãos e redução da abstenção eleitoral.

Fontes: [El País](#), 27/10/2019; [El Tiempo](#), 27/10/2019; [O Globo](#), 28/10/2019; [Semana](#), 03/11/2019.

Em meio a crise, Venezuela fortalece laços de cooperação sul-sul com o Movimento dos Países Não-Alinhados

Nos dias 25 e 26 de outubro, foi realizada em Baku, Azerbaijão a XVIII Cúpula de Chefes de Estado e de Governo do Movimento dos Países Não-Alinhados (MNA). Na ocasião, o ministro das relações exteriores da República Bolivariana da Venezuela, Jorge Arreaza, realizou uma série de reuniões bilaterais com representantes diplomáticos de diversos países, como Índia, África do Sul, Turquia, Palestina, Coreia do Norte, Vietnã e Síria, a fim de fortalecer os laços de amizade e cooperação. Joaquín Pérez Ayestarán, representante permanente suplente da Venezuela junto à Organização das Nações Unidas (ONU), afirmou que espaços como o Movimento de Países Não-Alinhados “oferecem uma oportunidade privilegiada de

conscientizar sobre o impacto de medidas coercitivas unilaterais na vida cotidiana de nossos povos, especialmente da juventude”. Este foi o 18º encontro de cúpula do MNA desde a primeira cimeira realizada em Belgrado em 1961, ano de sua fundação. A Venezuela havia assumido a presidência do movimento em setembro de 2016, na XVII Cúpula, realizada na Ilha Margarita, e deste encontro em Baku deve sair eleito presidente do MNA Ilham Aliyev, presidente no poder no Azerbaijão desde 2003.

Fontes: [Últimas Notícias](#), 23/10/2019; [Últimas Notícias](#), 24/10/2019; [Governo Bolivariano da Venezuela](#), 24/10/2019; [Venezoelana de Television](#), 24/10/2019; [Prensa Latina](#), 25/10/2019; [Prensa Latina](#), 26/10/2019; [Venezolana de Television](#), 26/10/2019; [Venezoelana de Television](#), 26/10/2019; [Últimas Notícias](#), 26/10/2019.

Revolta popular no Equador repudia política de austeridade negociada com o FMI

Entre 3 e 13 de outubro, dezenas de milhares de manifestantes ocuparam as ruas de várias cidades do Equador para protestar contra a política de austeridade executada pelo governo do presidente Lenín Moreno como contrapartida à liberação de um empréstimo de US\$ 4,2 bilhões pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), acordado em março de 2019. No dia 01 de outubro, Moreno anunciou um conjunto de medidas para aumentar a arrecadação de impostos e reduzir gastos para arcar com o pagamento do empréstimo nos próximos anos. As propostas incluíam o fim de subsídios à gasolina e ao diesel que vigoravam no país havia mais de quatro décadas, cortes de investimentos de empresas públicas, redução de salários de parte do funcionalismo e uma proposta de flexibilização de contratos trabalhistas que seria submetida à Assembleia Nacional. A pauta foi repudiada logo no dia seguinte em um comunicado conjunto emitido pela Frente Unitária de Trabalhadores (FUT) e pela Confederação de Nacionalidades Indígenas (CONAIE), que convocaram manifestações graduais e permanentes contra o que classificaram como políticas neoliberais e antipopulares. No dia 3, o corte de subsídios nos combustíveis passou a vigorar, o que provocou uma subida imediata nos preços, levou a uma greve de motoristas de diferentes meios de transporte e deu início a protestos em Quito, Guayaquil e Cuenca, que foram respondidos com a decretação de um estado de exceção por Moreno no mesmo dia. Militares e policiais passaram a reprimir as manifestações que se espalharam por outras cidades nos dias seguintes, porém a CONAIE teve sucesso em mobilizar 20 mil indígenas pelo país todo para marcharem em direção a Quito, onde chegaram no dia 9. Um dia antes, Moreno havia transferido a capital para Guaya-

quil, conforme permitido legalmente em momentos de crise. A concentração popular em Quito produziu tanto caminhadas pacíficas quanto ocupações de órgãos públicos, incluindo a Assembleia Nacional e a Controladoria Geral. Em 13 de outubro, Moreno cedeu à revolta popular, revogou o fim dos subsídios aos combustíveis e anunciou um processo de diálogo com os movimentos sociais para discutir uma nova agenda econômica. O chamado “diálogo para paz” ainda está em andamento. Na avaliação de Moreno, os protestos foram orquestrados pelo ex-presidente do Equador, Rafael Correa, e pelo atual presidente da Venezuela, Nicolás Maduro, com o objetivo de promover um golpe conta ele. Durante a revolta, Moreno teve a sua legitimidade reconhecida pelos governos de Argentina, Brasil, Chile, Paraguai e Peru.

Fontes: [El Mercurio](#), 02/10/2019; [El Telégrafo](#), 07/10/2019; [BBC](#), 09/10/2019; [El Mercurio](#), 10/10/2019; [Opera Mundi](#), 14/10/2019.

Membros do governo chinês lançam nova ofensiva contra a intervenção em assuntos domésticos

Diversos agentes políticos do governo chinês manifestaram neste mês de outubro desaprovação pelas tentativas de países estrangeiros se utilizarem de subterfúgios políticos para promover a internacionalização de conflitos internos, violando o princípio de “uma China”. Desde o início das manifestações em Hong Kong, EUA e União Europeia adotam um posicionamento ambíguo em relação a China, com constrangimentos ao modelo político de “um país e dois sistemas”, ao defender maior independência política da província autônoma chinesa frente ao governo central. Geng Shuang, porta-voz do Ministério de Relações Exteriores, ameaçou a adoção de contramedidas caso o congresso estadunidense aprovasse a ‘Lei de Direitos Humanos e Democracia de Hong Kong’ e apontou que a lei é uma medida ‘hipócrita’, dada a seletividade dos EUA em relação a defesa de direitos humanos, e ‘maliciosa’, objetivando minar a prosperidade e estabilidade de Hong Kong e o desenvolvimento chinês. O ministério também questionou os posicionamentos recentes do vice-presidente estadunidense, que criticou possíveis violações ao direito de liberdade religiosa no país, e as novas regras que limitam e controlam o contato de diplomatas chineses com legisladores e governantes locais dos EUA. O porta-voz do governo de Hong Kong manifestou desaprovação similar a legislação estadunidense para a região e também contra uma moção da Câmara dos

Lordes do Reino Unido, país do qual a província chinesa é ex-colônia. Ocorreu comoção também no legislativo, onde Zang Tiewei, parlamentar chinês, cobrou a não-interferência em assuntos domésticos, vocalizando o posicionamento formal da Comissão de Relações Exteriores da Assembleia Nacional Popular. O poder legislativo chinês também condenou a premiação oferecida pelo Parlamento Europeu ao economista Ilham Tohti, acusado pelo governo chinês de incitar violência e terrorismo no país.

Fontes: [O Globo](#), 08/09/2019; [Bloomberg](#), 15/10/2019; [South China Morning Post](#), 16/10/2019; [Reuters](#), 16/10/2019; [Xinhua](#), 17/10/2019; [Xinhua](#), 19/10/2019; [Xinhua](#), 26/10/2019; [Xinhua](#), 26/10/2019.

China busca reforçar laços com Brasil e Índia

Ao longo do mês de outubro, o chefe de Estado da China, Xi Jinping, encontrou-se com o primeiro-ministro indiano, Narendra Modi, e com o presidente brasileiro, Jair Bolsonaro, a fim de estreitar os laços de cooperação da China com a Índia e o Brasil. No dia 12 de outubro, Xi e Modi reuniram-se na cidade de Chennai, no sul da Índia, onde discutiram os rumos das relações bilaterais entre os países, bem como questões que consideram relevantes nas agendas internacional e regional. Após a ocasião, o presidente chinês afirmou que ambos os países deveriam buscar gradualmente a concertação política, resolver diferenças, aumentar a confiança mútua e reforçar as relações bilaterais, a fim de realizar juntos uma revitalização de suas duas grandes civilizações. Ao declarar apoio ao multilateralismo internacional, o presidente indiano, Modi, afirmou que as duas nações deveriam permanecer juntas, pois a paz mundial e o progresso da humanidade exigem a cooperação no século XXI e, portanto, um relacionamento positivo entre os dois países. Entretanto, um dos principais pontos de discórdia sino-indiana, o conflito territorial da Caxemira, que é localizada na fronteira entre China, Índia e Paquistão, não estava na pauta da reunião. Ressalte-se também que a Índia, embora convidada, não faz parte da iniciativa “One Belt, One Road”. No dia 25 de outubro, Bolsonaro realizou visita oficial à China, onde se encontrou com Xi Jinping em Beijing. Ambos chefes de Estado concordaram em incentivar a diversificação do comércio bilateral. No entanto, poucos resultados concretos foram obtidos, uma vez que, mesmo com 11 acordos assinados, apenas dois devem incrementar imediatamente as exportações: os protocolos sanitários para a venda de farelo de algodão e de carne termo-processada. A visita de Bolsonaro a Beijing tentou marcar mudança em seu discurso, anteriormente fortemente baseado em críticas aos sistemas econômico e político da China.

Com isso, o presidente brasileiro convidou os chineses a participarem dos leilões de concessão onerosa de petróleo, bem como a investir nas futuras privatizações de estatais. Além disso, Bolsonaro anunciou que isentará os chineses de vistos de entrada no Brasil, não exigindo reciprocidade.

Fontes: [Aljazeera](#), 12/10/2019; [China Daily](#), 13/10/2019; [Xinhua](#), 13/10/2019; [South China Morning Post](#), 25/10/2015; [Folha de São Paulo](#), 25/10/2019.

Facebook acusa Rússia de nova campanha virtual de contrainformação

No dia 30 de outubro, a empresa Facebook e a Universidade de Stanford denunciaram o que caracterizaram como uma nova tentativa, por parte de perfis ligados ao governo russo, de promover uma campanha de desinformação utilizando-se da plataforma do Facebook em países da África. Ambas as instituições alegaram que a campanha consistiria em uma série de testes preparatórios para uma nova interferência russa nas eleições estadunidenses, programadas para ocorrer em 2020. O Observatório da Internet de Stanford, com o apoio da rede social, identificou e denunciou três redes de notícias, compostas por supostos perfis fake, que estariam propagando notícias negativas contra os EUA e países europeus, enquanto promoviam conteúdo pró-Rússia, em oito países africanos. Segundo o Facebook, tais perfis estariam ligados a Yevgeny Prigozhin, oligarca russo considerado aliado de Vladimir Putin. Em resposta, autoridades russas afirmaram que a gigante do vale do silício perde cada vez mais sua condição de plataforma neutra ao perseguir perfis contrários aos interesses das elites estadunidenses. A celeuma envolvendo a Rússia e países africanos teve início poucos dias após a ocorrência do Fórum Rússia-África, nos dias 23 e 24 de outubro, em Sochi. O encontro contou com a participação de 40 líderes africanos, além da Rússia, com o objetivo de incrementar a cooperação russa na África, tendo sido considerado proveitoso pelos participantes.

Fontes: [The South African](#), 25/10/2019; [Al Jazeera](#), 30/10/2019; [New York Times](#), 30/10/2019; [Reuters](#), 30/10/2019; [The Guardian](#), 30/10/2019; [Tass](#), 31/10/2019.

Fórum Econômico Rússia-África é marcado pelo comércio de armas e pela cooperação nuclear

Nos dias 24 e 25 de outubro, foi realizado o I Fórum Econômico Rússia-África em Sochi, sudoeste da Rússia. Estiveram presentes mais de 43 chefes de Estado e de governo do continente, além de representantes

do setor privado. Na ocasião, representantes africanos podiam experimentar e encomendar produtos russos na área de defesa e de segurança pública, como fuzis Kalashnikovs (também conhecidos como AK-47), sistemas de defesa antiaérea, bem como programas de reconhecimento facial. Foram assinados protocolos nucleares com Egito, Gana, Nigéria, Quênia, Sudão, Uganda e Zâmbia, além de novos acordos de cooperação nuclear, como o acordo entre a agência nuclear russa Rosatom e os governos de Etiópia e de Ruanda. Atualmente, o continente africano representa 40% as vendas de armas e equipamentos militares da Rússia.

Fontes: [Deutsche Welle](#), 22/10/2019; [BBC](#), 23/10/2019; [Reuters](#), 23/10/2019; [Expresso das Ilhas](#), 24/10/2019; [Observador](#), 24/10/2019; [Notícias a Minuto](#), 24/10/2019.

Extradição de Manuel Chang tensiona relações entre África do Sul e Moçambique, com interesse dos EUA

O Tribunal Superior de Joanesburgo, na África do Sul, realizou nos dias 16 e 17 de outubro novas audiências no caso de extradição do ex-ministro das finanças de Moçambique, Manuel Chang, preso na África do Sul desde dezembro de 2018. Em maio de 2019, o então ministro da justiça sul-africano, Michael Masutha, decidiu pela extradição de Chang para Moçambique, para que respondesse por supostos crimes de ocultação de patrimônio e corrupção. Porém, em julho o novo ministro da justiça da África do Sul, Ronald Lamalo, pediu a anulação da decisão de extraditar Chang para seu país. Lamalo defende que a extradição feriria os tratados internacionais assinados pela África do Sul e não teria base legal, principalmente porque a decisão ignora a imunidade política de Chang em Moçambique e porque o ex-ministro moçambicano não foi formalmente acusado pela justiça de seu país. Lamalo considera, também, a possibilidade de extradição para os EUA, país que acusa Chang de receber milhões de dólares em subornos em um esquema de empréstimo para financiar remessas internacionais. O caso é inédito na África do Sul por envolver dois pedidos concorrentes de extradição: um dos EUA e outro de Moçambique. As partes começaram a ser ouvidas pelo Tribunal Superior da África do Sul em outubro. Além dos Estados requerentes na extradição de Chang, o Fórum de Monitoria do Orçamento, uma coligação da sociedade civil moçambicana, solicitou a extradição do ex-governante para os EUA. Ao final das audiências, apenas o Estado moçambicano, representado por um escritório de advogados de Joanesburgo, argumentou a favor da permanência da decisão de extraditar Manuel Chang para Moçambique. Defendendo a anulação e a extradição de Chang para

os EUA, o advogado da África do Sul destacou que o país quer demonstrar à comunidade internacional que está comprometido com o combate à corrupção. As audiências do julgamento foram encerradas e a corte sul-africana pode proferir sua decisão sobre o caso ainda este ano. O caso ganhou espaço especialmente pela participação dos EUA e por colocar Pretória e Maputo novamente em rota de colisão, depois dos recentes episódios de xenofobia contra moçambicanos na África do Sul.

Fontes: [Daily Maverick](#), 10/10/2019; [Deutsche Welle](#), 16/10/2019; [Deutsche Welle](#); 17/10/2019; [News 24](#), 17/10/2019; [Jornal de Angola](#), 21/10/2019.

Saída dos EUA e ataques turcos geram tensões na região norte da Síria

No dia 15 de outubro, uma semana após a decisão do presidente dos EUA, Donald Trump, de retirar as tropas estadunidenses estacionadas no norte da Síria desde o final de 2014, o governo turco deu início a uma série de ataques na região. Os movimentos têm como alvo grupos curdos que ocupam o território perto da fronteira com a Turquia, que são considerados terroristas pelo governo turco. Como resultado da campanha bélica, mais de 100 pessoas morreram e aproximadamente outras 130 mil pessoas tiveram seu deslocamento forçado. Além disso, 859 prisioneiros do Estado Islâmico, dos quase 10 mil que estão sob custódia das forças curdas em campos no nordeste da Síria, conseguiram fugir. Como resposta, países europeus, entre eles Alemanha, França e Reino Unido, decidiram interromper, temporariamente, a venda de armamentos para a Turquia. Por sua vez, os EUA impuseram sanções econômicas frente ao que consideraram ser uma covardia. Apesar dessas medidas, o governo turco continuou a bombardear a região. Diante da ineficiência das medidas, o vice-presidente americano, Mike Pence, e o secretário de Estado, Mike Pompeo, foram à Turquia para pressionar pelo fim das hostilidades. O presidente estadunidense também enviou uma carta ao seu homólogo turco, cujo tom controverso circulou nas redes sociais mundo afora, ameaçando acabar com a economia turca. Depois desses acontecimentos, o cessar fogo, que anteriormente havia sido negado pelo governo turco, foi estabelecido por um período de 120 horas. Porém, nas primeiras 24 horas, os curdos relataram que os ataques não haviam sido de fato suspensos. No dia 22, quando era previsto o fim do cessar fogo, Erdogan se encontrou com Putin, na Rússia, onde foi firmado um acordo entre os dois países. Antes disso, o presidente turco exigiu que grupos curdos considerados terroristas fossem retirados da fronteira, deixando uma área livre de 30 km para dentro da Síria. Em seguida, o chefe do Pentágono, Mark Esper, disse que os EUA enviarão uma força

blindada para a região leste da Síria com o objetivo de impedir que terroristas do Estado Islâmico obtenham acesso aos campos de petróleo.

Fonte: [BBC](#), 12/10/2019; [CNBC](#), 14/10/2019; [G1](#), 15/10/2019; [Aljazeera](#), 16/10/2019; [CNN](#), 18/10/2019; [Euronews](#), 22/10/2019; [TRTworld](#), 24/10/2019.

Avanço turco na Síria aprofunda crise curda e o deslocamento forçado de população

Em seu discurso de abertura do novo ano legislativo do Parlamento turco, o presidente da Turquia, Recep Tayyip Erdoğan, apresentou seu plano de repatriar dois milhões de refugiados sírios. Uma zona de 30 quilômetros de profundidade no território sírio seria colocada sob responsabilidade do exército turco, cerca de um milhão de refugiados alocados em novas comunidades e outro milhão em comunidades já existentes. Porém, seu plano tem sido acusado de buscar, na verdade, minar a posição curda no nordeste da Síria, em uma tentativa de mudar permanentemente a composição étnica da região, segundo relatório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos. Segundo estatísticas do próprio governo turco, a maioria dos 3.6 milhões de refugiados sírios não são do Nordeste da Síria, mas do Noroeste, de maioria árabe. Além disso, cerca de 66% dos refugiados são de áreas controladas pelo regime sírio, enquanto apenas 17% são de áreas de controle de forças democráticas, região para onde serão alocados. Assim, o plano de Erdoğan alocaria pessoas para regiões diferentes das de onde vieram, aprofundando a crise de deslocamento no país. O avanço turco no Norte da Síria após a retirada das forças estadunidenses também aponta para o aprofundamento dessa crise. Segundo a ONU, estima-se que cerca de 166 mil pessoas foram forçadas a fugir de suas casas no Nordeste da Síria e cerca de 1.7 mil pessoas fugiram dos conflitos atravessando a fronteira para o Iraque. Segundo o Observatório Sírio dos Direitos Humanos, o número de deslocados é consideravelmente maior, chegando a mais de 300 mil civis e cerca de 500 mortos, sendo a maioria curdos.

Fontes: [Oriente Mídia](#), 08/10/2019; [Revista de Prensa](#), 10/10/2019; [Revista de Prensa](#), 12/10/2019; [The Times of India](#), 18/10/2019.

Amazônia intensifica o debate sobre meio ambiente, soberania e responsabilidade dos líderes políticos e religiosos mundiais

No dia 6 de outubro, o Vaticano deu início ao Sínodo dos Bispos, tendo a Amazônia como tema central deste ano. Convocado pelo Papa Francisco, o

Sínodo recebeu bispos da região e de outros países, além de líderes de diversas comunidades cristãs, da população local, lideranças indígenas e especialistas no tema. Após tensões entre a Igreja Católica e o governo brasileiro ainda no pré-encontro, foi confirmada a proibição da eventual participação de militares e de políticos brasileiros no evento. O Papa Francisco manteve o tom sobre a importância de um maior comprometimento com a Amazônia e com sua biodiversidade, afirmando que as questões relacionadas à região são um problema global. Na esteira da encíclica *Laudato Si* (maio de 2015), o Sínodo da Amazônia renova o compromisso da Igreja com o meio ambiente global e os valores das novas gerações, porém, mais uma vez, entrou em conflito com o atual governo brasileiro, o qual reafirmou a importância de se respeitar a soberania territorial do Brasil, defendendo que decisões relacionadas à preservação da Amazônia brasileira sejam exclusivamente da órbita nacional. Durante o Sínodo, argumentou-se que as ameaças à Amazônia devem ser uma agenda internacional, dada a urgência e a escala do problema. Em entrevista na embaixada brasileira em Roma no dia 11 de outubro, por ocasião de sua ida à canonização de Irmã Dulce, o vice-presidente Hamilton Mourão tentou amenizar as tensões nas relações com o Vaticano, mas manteve o discurso de que a Amazônia é brasileira e de que o governo não é o vilão, nem o “governo da motosserra”. A apreensão quanto à política ambiental brasileira para a Amazônia permanece central na agenda de política externa do país: no dia 8, a ministra do meio ambiente da França, Elisabeth Borne, afirmou que o país não ratificaria o acordo comercial União Europeia-Mercosul sob justificativa de que o governo brasileiro não respeita a Floresta Amazônica, nem o Acordo de Paris para o clima. A seguir, no mesmo tom se manifestaram países como Irlanda e Áustria. O Reino Unido afirmou que está analisando a possibilidade de estabelecer sanções contra o Brasil na União Europeia e na ONU como forma de pressionar as políticas ambientais do governo Bolsonaro contra o desmatamento.

Fontes: [Estado de S. Paulo](#), 01/10/2019; [Deutsche Welle](#), 03/10/2019; [RFI](#), 04/10/2019; [Exame](#), 07/10/2019; [El País](#), 08/10/2019; [Folha de S. Paulo](#), 11/10/2019; [Global Trade Review](#), 16/10/2019.

Desastres ambientais e climáticos em países do Sul marcam o mês de outubro

Em outubro, desastres ambientais e climáticos ocorreram em grande escala em diversos países do Sul. No Chile, a seca atingiu sete regiões do país, o que provocou migrações em massa e a morte de dezenas de milhares de animais, no que é considerada a crise hídrica mais aguda no Chile desde 1968. Enquanto

isso, na Índia, as monções mais intensas em 25 anos aumentaram o número de mortes para mais de 1.600 pessoas. No Brasil, o mês de outubro registrou o agravamento dos impactos provocados por vazamentos de óleo no litoral da região Nordeste. Após dois meses de identificação das primeiras manchas, no dia 9 de outubro já se contabilizavam mais de 100 praias e 98 municípios atingidos desde o Maranhão até a Bahia. Ainda em outubro, entraram para a lista de sítios do patrimônio da natureza e da biodiversidade global os Lençóis Maranhenses e Abrolhos. Em um cenário de calamidade pública, o governo foi duramente criticado pela demora na resposta e por não acionar os órgãos responsáveis por meio do plano de contingência. O presidente Jair Bolsonaro não visitou a região e concentrou suas falas relativas ao desastre na origem do petróleo, ao que tudo indica venezuelano, sendo vago ao apontar a apuração sobre os responsáveis pelo derramamento. O ministro do meio ambiente, Ricardo Salles, inicialmente também atribuiu à Venezuela a origem do óleo, mas mudou seu discurso no dia 24 de outubro, quando publicou, em sua rede social, uma foto antiga de um navio da ONG Greenpeace, levantando suspeitas sobre o papel da organização no crime. Enquanto isso, mobilizações independentes das populações locais, de redes de voluntários, ONGs e demais atores da sociedade civil tomaram frente na limpeza das praias e no resgate de inúmeras espécies marinhas. Militares da Marinha, agentes do IBAMA, ICMBio, Petrobras e dos governos estaduais também foram mobilizados para a retirada de óleo, que, no fim de outubro, já contabilizava mais de 525 toneladas, em 2.250 quilômetros de costa. Resultados de coletas de amostras do petróleo localizado na Bahia apresentaram potenciais riscos à saúde, tanto para o contato com a pele, quanto pela ingestão de alimentos contaminados. Ainda não se sabe a extensão do impacto desse desastre para os ecossistemas e as comunidades locais, nem foi confirmada a origem dos vazamentos.

Fontes: [Reuters](#), 01/10/2019; [The Times of India](#), 01/10/2019; [UOL](#), 08/10/2019; [Valor Econômico](#), 08/10/2019; [Folha de São Paulo](#), 11/10/2019; [El País](#), 12/10/2019; [Revista Piauí](#), 17/10/2019; [BBC](#), 18/10/2019; [G1](#), 24/10/2019; [Deutsche Welle](#), 24/10/2019.

Mulheres são protagonistas em manifestações no Chile e no Líbano

No Chile, em outubro, cerca de um milhão de pessoas protestaram contra o governante Sebastián Piñera e as medidas econômicas neoliberais de seu governo, reivindicando melhorias nas pensões, salários e tarifas de serviço básico. Segundo o Instituto Nacional de Direitos Humanos, entre os dias 17 e 24 de outubro, mais de 2.400 pessoas foram detidas em todo o país, dentre esses 18% eram mulheres e foram realizadas

18 denúncias de violência sexual. As redes sociais tornaram-se espaços de difusão dos abusos e ameaças vivenciados por mulheres e por pessoas LGBTQs. Nos relatos há informações que as Forças Especiais e o Exército criaram um clima de terror em torno de violação de direitos humanos desta população, a exemplo de insultos, ameaças de penetração vaginal com armas e a humilhação de deixar os indivíduos nus. Em 21 de outubro, um estudante homossexual relatou ao Instituto de Nacional de Direitos Humanos que ficou seis dias encarcerado, e sofreu tortura e abusos sexuais. Em 02 de novembro, em razão do dia de todos os santos, mulheres estiveram de luto e manifestaram silenciosamente pela violência aplicada pela polícia. Vestidas de preto, carregaram flores brancas em homenagem aos mortos nas manifestações. No Líbano a participação de mulheres em manifestação é a mais alta de todos os tempos no país. Os atos têm sido dos mais variados: há mulheres que se colocaram a frente das manifestações com megafones recitando reivindicações, como a renúncia do governo do premiê Saad Hariri, e formaram uma parede humana entre os manifestantes e a Força de Segurança. Outras fizeram uso da dança do ventre como força de engajamento social – ato que gerou críticas em razão das roupas usadas, a exemplo de comentários misóginos nas redes sociais. Um vídeo que circula pela internet mostra uma manifestante enfrentando a Força de Segurança de um Ministro; ela está sendo chamada de “Lara Croft do Líbano”.

Fontes: [Carta Capital](#), 23/10/2019; [Deutsche Welle](#), 23/10/2019; [La Vanguardia](#), 26/10/2019; [Nodal](#), 24/10/2019; [Presentes](#), 26/10/2019; [Middle East Eyes](#), 26/10/2019; [Al-Monitor](#), 29/10/2019; [RT](#), 02/11/2019.

Sobre o LATITUDE SUL:

O LATITUDE SUL é uma plataforma de produção e difusão de informações e conhecimento sobre o lugar político, econômico, social e epistemológico do “Sul” nas relações internacionais, congregando, para isso, quatro grupos de pesquisa do CNPq.

latsul.org

